

O projeto nacional crioulo como proposta de etno/epistemicídio indígena: Confluências nos textos fundadores latino-americanos do século XIX

The creole national project as a proposal of indigenous ethno/epistemicide: Confluences in the founding Latin American texts in the 19th century

Paulo Rodrigo Pereira da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9064-2781>

E-mail: rodrigoteacher@hotmail.com

Recepción: 7.04.2022

Aprobación: 14.09.2022



Resumo: A presente reflexão se configura como uma análise acerca de alguns dos principais textos fundadores da América Latina do século XIX, de forma a observar como parte dos intelectuais da época estruturaram os diferentes projetos de Estado-Nação consolidados em modelos sociais que, direta ou indiretamente, promoveram alguma forma de etno/epistemicídio dos povos indígenas sob a justificativa da modernização a partir dos moldes europeus. Alguns destes pesadores buscavam a exaltação da civilização e a negação das origens autóctones, com destaque às obras como *O Socialismo* de Abreu e Lima, *Carta de Jamaica* de Simón Bolívar, *Ariel* de José Enrique Rodó e *Facundo: Civilización y Barbarie en las Pampas Argentinas* de Domingo Faustino Sarmiento. Influenciados pelo positivismo, estes textos buscavam nos moldes europeus a base para as estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas, que disseminava no continente uma episteme altamente excludente para com os povos indígenas bem como outros grupos sociais mestiços que não se enquadravam no pensamento e projetos nacionais de ênfase cosmopolita e oligárquica.

Palavras-chave: textos fundadores latino-americanos, projeto nacional crioulo, Positivismo, segregação dos povos indígenas

Abstract: The present reflection is configured as an analysis about the main founding texts of Latin America in the 19th century in order to observe how some of the intellectuals had structured the different Nation-State projects consolidated in social models that, directly or indirectly, promoted some form of ethno/epistemicide of indigenous peoples as a justification of modernization based on European molds. Some of these heavyweights sought the exaltation of civilization and the denial of autochthonous origins, with emphasis on the texts *O Socialismo* by Abreu e Lima, *Carta de Jamaica* by Simón Bolívar, *Ariel* by José Enrique Rodó and *Facundo: Civilización y Barbarie en las Pampas Argentinas* by Domingo Faustino Sarmiento. Influenced by positivism, these texts sought in European molds the basis for the social, cultural, political and economic structures that disseminated on the continent a highly excluding episteme towards indigenous peoples as well as other mestizo social groups that did not fit into national thought and projects, cosmopolitan and oligarchic emphasis.

Keywords: fundamental Latin-American text, creole national project, positivism, indigenous people segregation

INTRODUÇÃO

O intuito principal deste trabalho é de analisar alguns dos principais textos fundadores da América Latina do século XIX, de forma a observar como estes refletiam os diferentes projetos de Estado-Nação consolidados em modelos sociais que, direta ou indiretamente, estiveram centrados no processo de etno/epistemicídio dos povos indígenas sob a justificativa da modernização a partir dos moldes ocidentais que buscava a exaltação da civilização e a negação das origens autóctones das nações americanas, com destaque aos textos *O Socialismo* (Abreu e Lima, 1855), *Carta de Jamaica* (Bolívar, 1999), *Ariel* (Rodó, 1991) e *Facundo: Civilización y Barbarie en las Pampas Argentinas* (Sarmiento, 1874).

Com o desenvolvimento econômico e social dos novos Estados independentes, diferentes movimentos políticos buscavam nos moldes europeus a base para as suas estruturas sociais, fator este que possibilitou uma onda de movimentos migratórios que tiveram uma grande influência na formação histórica dos Estados-Nações nas Américas sob um prisma estritamente “nacionalizador” que tem por base a formação e criação de uma geração crioula oligárquica. Ressalta-se aqui que o termo crioulo é utilizado neste trabalho para indicar os “nativos de uma região, que se formam por meio de cruzamentos étnicos entre diferentes grupos do local, com estrangeiros, ou ainda, com povos estrangeiros que vieram a se estabelecer no local, de modo a gerar certa descendência” (Roiz, 2012, p. 110), que mantinham traços fenótipos do colonizador.

Partindo do ponto de vista apresentado por Quijano (2000), no processo de colonização e posteriormente na consolidação dos diferentes projetos nacionais dos estados-nações latino-americanos, as relações de poder provenientes do capitalismo foram a força motriz das relações dos grupos hegemônicos em uma

cosmovisão eurocêntrica que foi marcada pelo confronto entre as duas correntes principais: uma hegemônica -liberalista crioula e outra subalterna-indígena expropriada de suas terras e de seus direitos civis. Na configuração das relações capitalistas na América Latina estão constituídas “com base nas relações estabelecidas para o controle do trabalho e de seus produtos, perspectiva esta adotada por Quijano (2000, p. 346), denominada de “relacionamentos de produção” em alusão aos grupos sociais periféricos, a exemplo dos indígenas, negros mestiços não-crioulos entre outros que se encontram em situação de subalternidade.

Assim, uma questão norteadora chama a atenção neste contexto: “como o projeto nacional crioulo em alguns dos Estados que compõem a América Latina propuseram um modelo social que, direta ou indiretamente, esteve associado aos processos de etno/epistemicídio dos povos indígenas e como este modelo social foi captado nos textos fundadores da referida mesorregião no século XIX”?

Desta forma, entende-se que os pensadores da política e da literatura deste período valorizavam o surgimento dos novos governos a partir dos ideais republicanos centrados, no entanto, em oligarquias compostas pelos grupos mestiços/crioulos descendentes dos povos conquistadores. Influenciados pelo positivista na América Latina, diversos autores centraram-se em uma produção intelectual relacionada à tradição romanesca europeia que dentro e fora da literatura tenderam “a promover alguma forma de benefício para crioulo branco e não do nativo” conforme adverte Spivak (2010, p. 136) no tocante aos textos fundadores.

Sob este prisma, durante todo o século XIX, diversas obras abordaram as questões dos remanescentes indígenas na perspectiva da segregação em contraste à emancipação dos povos na América refletida nas formas de governo das colônias que se constituíam com Estado-Nação. Dentre os nomes de maior influência na cultura e literatura da América Latina, é possível destacar Simon Bolívar (1999), Domingos Faustino Sarmiento (1874), o General Abreu e Lima (1855) entre outros, cujas obras prenunciavam o desaparecimento dos diferentes povos indígenas.

O referido trabalho está dividido em duas partes principais em que a primeira analisa a influência do positivismo na formação dos Estados nacionais e a importância deste movimento na consolidação da supremacia crioula na América Latina tendo por referência os textos de Simón Bolívar, Abreu e Lima e José Henrique Rodó. A segunda parte analisa o texto do argentino Domingo Faustino Sarmiento no tocante a consolidação do projeto nacional argentino que colocava a situação indígena na situação de barbárie.

O POSITIVISMO NA AMÉRICA LATINA E O REFLEXO NO PROJETO NACIONAL: A SUPREMACIA CRIOLA LATINO-AMERICANA EM BOLÍVAR, ABREU E LIMA E RODÓ

Tendo sofrido fortes influências do positivismo a partir de nomes como Augusto Comte (1798-1857), a América Latina do século XIX apostava no desenvolvimento científico e econômico de suas nações. O termo positivismo enquanto corrente filosófica é compreendido neste trabalho “como conjunto indivisível, a organização mental, a importância da atividade intelectual como responsável pela avaliação da história progressiva do espírito humano, o conhecimento como intervenção social, além da ausência de oposição entre a ciência e a religião”. (Santos, 2015 p. 380). Nesta perspectiva, Sommer (2004), afirma que o positivismo na América Latina se configura como uma tradição eclética que combina uma reverência pelo positivo ou científico, refletida na utilização de dados empíricos através da associação entre as ciências sociais e as ciências naturais, especialmente a Biologia, favorecendo “a identificação dos males sociais, diagnosticá-los corretamente e os remédios foram prescritos de acordo” (Sommer, 2004 p. 94) considerando a configuração política republicana e oligárquica.

No âmbito da consolidação dos projetos nacionais na supracitada mesoregião, diversos nomes têm dado relevantes contribuições na política e na literatura com destaque à intelectuais como Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) na Argentina, José Enrique Rodó (1872-1917) no Uruguai, José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) no Brasil, entre outros. No contexto latino-americano, o positivismo é proposto como sinônimo de modernidade centrado em modelos ocidentais cujo foco direcionava-se a exaltação da civilização e a negação das origens referenciadas nos povos originários. Para Santos (2015), o positivismo cumpria um duplo papel na América Latina que buscava:

[...] organizar ideologicamente as nascentes democracias nacionais e prover aos latino-americanos um sistema de ideias e costumes que superasse as formas sociais e psicológicas consideradas antigas, com ideias e modos de vida novos que estimulassem o progresso material e os hábitos industriais de seus habitantes. Somente assim haveria uma organização do caos que a Colônia vivia após a Independência. (Santos, 2015, pp 284-285).

Desta forma, o positivismo na América Latina se configura como corrente que se opunha à metafísica, o misticismo e o modo de vida rural e comunal mediante o pensamento crítico que se instaura em nome da ciência e que se instaura na “crença e no progresso material baseado no desenvolvimento científico e o utilitarismo eram vistos como sistemas adequados para a vida industrial” (Santos, 2015, p. 386). Assim, a formação das nações latino-americanas buscava uma estruturação que dava ênfase ao positivismo como expressão marcante do

cientificismo com uma forte tendência cosmopolita centrada nos interesses capitalistas típicos do modelo europeu, fonte de inspiração dos pensadores americanos. Por isso, temas como ciência, raça e civilização deveriam fazer parte dos valores nacionais, influenciados pelo *modus vivendi* europeu que estavam centrados nas teorias evolucionistas, científicas e darwinistas. Contudo, vale observar que estes modelos europeus tidos como evoluídos “eram modelos utilizados de diferentes maneiras pelos intelectuais, o que forneceu uma diversidade sobre a forma de encarar a evolução cultural” (Santos, 2015, p. 389) nas diferentes nações da América.

No tocante ao positivismo latino-americano, Santos (2015, p. 392) afirma que Rodó (1872-1917) com a obra *Ariel* (1991) é um dos grandes representantes deste movimento. Rodó (in: Santos, 2015) afirma que, após o processo de independência, a América Latina transformou-se em sociedades divididas e esquarteradas em um processo em que se instaura o sentimento de perda de lugar no mundo e a ideia de integração passou a ser a condição que mais definia o continente. Nesse contexto, Pérez (1981) afirma que as primeiras nações se consolidam como Estado em torno de uma região, de um movimento de independência e em torno de um líder e se consolida como uma nação é uma categoria histórica.

Para Correa (1966), o território e o povo latino-americano fundem-se, transformam-se e se apresentam como "um fenômeno geralmente aceito que, entre os séculos XVII e XVIII, o nativo deixou de sentir-se espanhol (poderíamos acrescentar também português) e passou a considerar-se americano” (Correa, 1966, t. VII, p. 373). Em Rodó (Santos, 2015), a república sonhada por José Martí (1853-1895) estaria erigida na ideia de liberdade, prosperidade e paz, porém também era inteligência, cultura e idealismo e estes sentimentos seriam a base política e social americana, mantendo ainda uma posição favorável à manutenção da continuidade do espírito da tradição concebida como um processo de descaracterização das ideias e culturas locais.

Vale salientar que, na consolidação do projeto nacional da América Latina, alguns grupos sociais estariam excluídos deste processo a exemplo dos diferentes povos indígenas. Para Sommer (2004), sob o mote da evolução cultural na América e a partir da popularização das teorias de Spencer (1820-1903), foi-se proposta uma espécie de organização que concebia a história humana em um esquema progressivo de estágios que, associada com crescimento significativo da modernização e europeização, “os ideólogos mais radicais defendiam uma política que combinava “a imigração branca com a retirada de índios ou negros” (Sommer, 2004, p. 94), grupos estes que se encontravam em situação de subalternização e miséria.

No Brasil, a partir de uma concepção darwinista da sociedade, Abreu e Lima na obra *O Socialismo* (1855) afirmava que os índios, por sua natureza genética e mesmo social, estariam fadados ao desaparecimento como é possível observar em:

[...] parece-nos que o predomínio da raça caucásia ficou plenamente demonstrado; assim como que as raças embrutecidas tendem a desaparecer pela força expansiva da civilização moderna, não por meio da conquista nem da efusão de sangue, mas porque a natureza as expelle da superfície da terra, onde não há mais lugar para elas. Para encher o vazio, que elas devem deixar, a mesma natureza faz esforços incompreensíveis reproduzindo a raça mais enérgica, e tornando-a por assim dizer cosmopolita (Abreu e Lima, 1855, p. 252).

Ainda para Abreu e Lima (1835), o ideal de perfeição da população era a dos Estados Unidos da América e afirmava que, do povo estadunidense “5/6 são perfeitamente homogêneos, sem mescla de classes distintas” (Abreu e Lima, 1835, p. 56). Para o referido autor, o Brasil estava relativamente atrasado se comparado aos Estados Unidos. Em *O Socialismo* (Abreu e Lima, 1855) as raças indígenas tenderiam ao desaparecimento sendo substituídas por grupos caucasianos que migraram no século XIX para o Brasil, a exemplo dos italianos, espanhóis, portugueses e alemães. As condições biológicas e sociais e ainda a própria natureza política do indígena o colocaria na “condição de classe inerte, e de nenhum peso político” (Abreu e Lima, 1835, p. 56) fadado ao desaparecimento. Para o referido autor, seria um processo natural característico das nações colonizadas e cita como exemplo entre outros diversos, o povo anglo-saxônico que se desenvolveu de “maneira espantosa na América, segue o, mesmo progresso na Grã-Bretanha” (Abreu e Lima, 1855, p. 252) cujos grupos migratórios aumentaram grandemente a população de países como os Estados Unidos da América.

Ainda sob uma abordagem política, Bolívar (1783-1830) na *Carta de Jamaica* (1999), ao questionar as formas de governo dos países americanos que se encontravam na condição de colônia espanhola, defendia que os direitos políticos deveriam ser deixados com os povos mestiços (crioulos) a que ele mesmo fazia parte. Desta forma, Bolívar propunha:

Mas nós, que mal conservamos vestígios do que já existiu, e que, por outro lado, não somos nem índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os longínquos latifundiários do país e os usurpadores espanhóis; em suma, sendo nós americanos de nascimento; e os nossos direitos são os da Europa, devemos contestá-los com os do país e devemos manter-nos contra a opinião dos invasores; assim, nos encontramos no caso mais extraordinário e complicado. (Bolívar, 1999, p. 10).

Contudo para Bolívar (1999), ficariam de fora dos governos dos novos estados americanos as lideranças indígenas, uma vez que ao crioulo com direitos europeus deveria ser dado o controle, das até então, colônias. Sob este prisma, Almeida e Raminelli (2011, p 115) afirmam que “o discurso nacionalista crioulo

enaltecia o passado inca enquanto despreza o índio do presente”. Para combater as formas de governo dos incas, Bolívar em 1925, edita um decreto que extinguiu o cacicado e consequentemente a nobreza inca. Para Méndez Gastelumendi (1996), a rebelião de Tupac Amaru no Peru foi sucedida por uma gradual extinção e deslegitimação da nobreza indígena além de endurecer a postura crioula em relação ao índio. Bolívar esteve relacionado diretamente às várias proibições dadas aos povos indígenas no Peru incluindo todo e qualquer tipo de manifestação que pudesse reviver as tradições incas. Assim, ainda para Méndez Gastelumendi (1996), a reprodução das simbologias e tradições incas foi assumida pelos crioulos, de forma estilizada com o intuito de neutralizar qualquer conteúdo político que pudesse ser exposto pelos nativos. Ainda para Méndez Gastelumendi (1996), a interpretação da revolta tupacamarista tida como um movimento nacionalista pode ser entendida a partir da supremacia crioula, pois até a própria revolução foi considerada crioulo-mestiça, retirando qualquer referência ao caráter indígena do conflito.

Assim, a partir do exposto acima e através das diferentes visões acerca da figura do índio e sua representação na literatura (ficcional ou não-ficcional) latino-americano do século XIX, é passível a observação de que, na configuração dos Estados independentes da América Latina e na consolidação das nações independentes em seus diferentes projetos nacionais, buscava-se estabelecer o crioulo – geralmente de ascendência branca, nascido nas terras coloniais que mantinham seus direitos políticos europeus – no controle político explorando a mão de obra indígena e excluindo-os do controle das diferentes etnias que configuravam o quadro social latino-americano.

SARMIENTO, O PROJETO NACIONAL ARGENTINO E A BARBÁRIE INDÍGENA

Na tentativa de estabelecer a integração das províncias que permeavam o entorno do Rio da Plata, surge um grupo de intelectuais conhecidos como a Nueva Generación com destaque a nomes como Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino Sarmiento. Estes concebiam o território que compunham as Províncias da Prata na Argentina como uma região que se constituíam em um “território sem integração, cada qual se assemelhando mais a um feudo, e estava intimamente associada à noção de que a sociedade existente no país não era civilizada” (Moureira, 2010, p. 74) cuja população apresentava-se como bárbara.

Com foco na necessidade de consolidação e unificação dos territórios das regiões que se voltavam mais ao sul do país e que eram de domínio indígena, houve o interesse geopolítico de incorporar ao projeto nacional argentino, surge então a campanha conhecida como a Conquista do Deserto que buscava a incor-

poração da Patagônia à jurisdição do Estado de forma a solucionar o que Sarmiento (1874) entende como sendo um problema indígena. Assim, para Santos (2018, p. 5), “Sarmiento acreditava que o desaparecimento dos indígenas araucanos ao sul [da Argentina] seria um processo natural, fosse a partir de conquistas militares, fosse a partir do próprio contato com os brancos” que viesse a ocorrer no período da Conquista do Deserto.

No contexto cultural e artístico latino-americano, Perrone-Moisés (1997, p. 251) afirma que, mediante a constituição e afirmação das culturas e literaturas locais, “as relações idílicas com a França começaram a azedar, e numerosas vezes se levantaram contra essa já então chamada dependência”. Já em meados do séc. XIX, diversas polêmicas ocorriam e eram travadas entre aqueles que defendiam uma literatura nacional mais autêntica e daqueles intelectuais partidários de uma literatura aberta às influências europeias em que os bárbaros (indígenas) se opunham aos civilizados (elite branca argentina), com destaque a obra de Sarmiento *Facundo: Civilización y Barbarie en las Pampas argentinas* (1874).

Para Iturri (2007, p. 27), Sarmiento estava ligado ao uso político da palavra através da literatura que buscava a imposição da civilização ante a barbárie, barbárie esta representada por grupos dos índios, negros e os *gauchos* argentinos. Para Sarmiento, a literatura tem uma função estatal e se realiza reformulando as relações sociais pelo texto, e busca homogeneizar o conhecimento específico das áreas marginalizadas para reduzir sua diversidade ao discurso do poder central. Ainda para Iturri (2007), Sarmiento afirma que a literatura opera dentro das fronteiras dos Estados Nacionais, especialmente para a América Latina e atua não apenas pela capacidade de modernizar culturalmente de uma nação particular, “mas que este trabalho fazia parte de um projeto americanista de homogeneização cultural” (Iturri, 2007, p. 29), como projeto nacional que busca na Europa as bases da cultura americana excluindo do projeto homogeneizador de Sarmiento algumas das minorias proveniente das áreas marginalizadas a exemplo dos povos indígenas ou mestiços-indígena. É no contexto de homogeneização da cultura que Sarmiento se destaca. Para ele, o projeto nacional argentino se consolida a partir da “busca pelo conhecimento científico que marcaria a busca por um evolucionismo característico argentino distinto do restante da América Latina” (Santos, 2018, p. 8), que combateria a diversidade social e a mestiçagem uma vez que, os grupos não-crioulos compostos por indígenas mestiços gaúchos, negros e índios eram atribuídos como responsáveis pela desestabilização interna da Argentina.

Em sua obra, Sarmiento (1874) desenvolveu um pensamento que defende a necessidade de unificação étnica branca argentina ao afirmar que “o ambiente hostil e bárbaro de províncias distantes de Buenos Aires deveria ser neutralizado em prol da civilização moderna” (Santos, 2018, p. 6). As áreas e povos margina-

lizados a exemplo dos indígenas e mesmo dos mestiços seriam para Sarmiento, a causa da debilidade histórica da América Latina uma vez que “a presença de ‘raças puras’ estava associada, em seu pensamento, com a estabilidade democrática e com a ausência de governos despóticos tendo como comparação o mundo civilizado” (Santos, 2018, p. 6).

Assim, o projeto nacional de Sarmiento buscava a reprodução do *modus vivendi* europeu pelas vias étnicas brancas argentinas como uma raça intelectualmente superior na genética, na cultura, nos comportamentos e nos hábitos se comparado aos povos indígenas. Entende-se que para Sarmiento (1874), alguns grupos indígenas estariam fadados ao desaparecimento, quer através do crescimento social, político e econômico, como também do processo de unificação territorial da Argentina. Sob uma perspectiva crítica, Santos (2018) afirma que nas ideias de Sarmiento:

Buscava-se assim construir um modelo social civilizatório, cuja origem se imaginava independente e com peculiaridade na sociedade branca argentina, mas que possuía origem nas sociedades europeias e norte-americanas daquele momento.

O racismo, de certa forma, tornou-se institucionalizado nesse momento com insultos públicos à povos indígenas e negros nos escritos de Sarmiento. Dentre suas várias obras, destacamos em especial *Conflictos de Razas* (1883), no auge do movimento de 1880. (Santos, 2018, p. 5).

Neste contexto, a ideia de raça disseminava-se no continente latino-americano, em que o “discurso político, o pensamento social, as pesquisas médicas e científicas, a literatura, o jornalismo e diversas outras manifestações intelectuais serviram-se indiscriminadamente desta ideia, a ponto de pretenderem com o seu uso, defender ideias radicalmente oposta” fator este observável no pensamento de Sarmiento (1874) a exemplo de *Facundo: Civilización y Barbarie*, texto fundador da América Latina que consolidava a oposição entre os termos civilização (raça branca argentina) e barbárie (índios, negros, mestiços) e que influenciou o pensamento latino-americano na segunda metade do século XIX. Em *Facundo*, Sarmiento (1874, p. 116) escreve em tom crítico acerca dos indígenas de forma altamente preconceituosa como observável no exemplo: “[...] el día que pasaron la cordillera hubo una escena patética. Era preciso deponer las armas i no había forma de hacer concebir a los indios que había países donde no era permitido andar con la lanza en la mano”.

Assim para Sarmiento, as populações selvagens eram atrasadas socialmente, avessas à democracia, ao progresso econômico, à educação e às liberdades civis, sendo, portanto, bárbaras e responsáveis pelo atraso da nação argentina e da própria América Latina. Ao longo de *Facundo: Civilización y Barbarie* (1874), percebe-se em Sarmiento que qualquer ato de discriminação e guerra era justificado contra os indígenas e outras minorias. Neste contexto, Sarmiento critica de forma

radical ao então presidente compatriota Juan Manuel de Rosas ao estabelecer acordos com os povos indígenas preservando suas possessões agrárias. Sobre este tema, em nota de rodapé de *Facundo: Civilización y Barbarie*, Sarmiento escreve, que:

Rosas prohíbe a los gobiernos de la frontera, emprender expedición alguna contra los indios, dejando que invadan periódicamente el país i asolen mas de doscientas leguas de frontera. Esto es lo que Rosas no hizo como debió hacerlo en la tan decantada expedición al Sur, cuyos resultados fueron efimeros, dejando subsistente el mal, que ha tomado despues mayor agravación que ántes (Sarmiento, 1874, p. 131)

Observa-se que Sarmiento critica duramente a posição do então presidente argentino Juan Manuel de Rosas pelos acordos feitos com os povos indígenas. Os indígenas, e mestiços *gauchos* são apresentados como mal social que deveriam ter seus direitos cerceados em função do desenvolvimento social e econômico da Argentina. Ainda para Sarmiento, o grande problema do continente americano era “a existência dessas populações selvagens” (Santos, 2018, p. 8) que se opunham à democracia, ao progresso econômico, às liberdades civis e à própria educação, vistas como traços características das sociedades civilizadas. Assim, Sarmiento (1874, p. 114) concentra um tom crítico que não está isento de preconceito/racismo ao conceituar ao indígena argentino a partir do termo “barbárie”, descrevendo-o como o “selvagem inculto dos Pampas”.

O programa de Sarmiento para a Argentina é ao mesmo tempo modernizador, porém de branqueamento da sociedade. Modernizador a partir do modelo econômico e capitalista dos Estados Unidos da América no sentido do ideário republicano e laicizante que “[...] gerou uma nova forma de concepção das relações sociais na Argentina. Seus estudos sobre individualismo, dentro de um contexto darwinista e positivista, seriam o embrião de uma formação nacionalista” (Santos, 2018 p. 9) altamente excludente. O processo de branqueamento da Argentina ocorrerá a partir da tentativa de Sarmiento de trazer imigrantes brancos europeus ao país, pois, para Sarmiento (1874, p. 15) “a nação francesa tem sido o crisol em que se elaborou e mesclou-se a modernidade” e cujas ideias deveriam moldar os projetos nacionais latino-americanos que sobrepujam os indígenas e outras minorias sociais que, em número, excediam em muito o número dos que compunham as classes oligárquicas hegemônicas.

SÍNTESE CONCLUSIVA

A análise apresentada acima esteve fundamentada na reflexão de alguns dos nomes mais influentes na política e na literatura no tocante à segregação do indígena na literatura latino-americana no século XIX sem, no entanto, discordar do importante papel das referidas figuras históricas apresentadas acima na consolidação cultural, histórica, social e literária da América Latina. Sob esta perspectiva,

observamos que, paralelamente à consolidação nações independentes na América do Sul, alguns grupos eram segregados aos quais destacamos diferentes etnias de diferentes países como no Brasil, Colômbia, Argentina entre outros. Ainda para Abreu e Lima (1855), o passado de avanço havia dado lugar à degeneração da raça, alinhado ao pensamento de intelectuais como Bolívar, Rodó, Sarmiento no que acreditava-se ser a decadência do continente americano e dos indígenas.

No contexto da segregação dos povos indígenas na América Latina, Méndez Gastelumendi (1996), afirma que, não é qualquer indígena que foi desprezado, mas aquele que não permaneceu em seu lugar 'legítimo' e a sujeição indígena é necessária para a preservação da 'integridade nacional', ideia esta que se entendeu desde a política à literatura no século XIX. Assim, no tocante ao nacionalismo no Peru, traçando um paralelo com o crioulisto nos demais países latino-americanos, instaura-se nas colônias hispânicas, a partir do final do século XVIII, “uma rejeição fundamental do elemento indígena” (Méndez Gastelumendi, 1996, p. 206), sendo esta rejeição uma das bases do nacionalismo na América Latina no século XIX. Méndez Gastelumendi (1996) afirma que, a partir dos debates iniciados no século XIX no tocante ao silenciamento e à segregação dos povos indígenas latino-americanos mediante uma retórica de grandeza de rejeição de tudo o que fosse indígena, um novo pensamento surge no século XX no que se refere às novas configurações dos projetos nacionais que apoiaram o surgimento de um Estado-Nação de composição étnica predominantemente indígena.

É nesse contexto, que alguns dos movimentos culturais e artísticos surgem no século XX, como corrente sociais que se opunha a colonialismo e mesmo pós-colonialista do século XIX, que representava o indígena colonial do passado como reflexo dos interesses das classes crioulas dominantes. No século XX, surgem pensadores que “tem raízes vivas no presente e extrai sua inspiração no protesto de milhões de homens” (Mariátegui, 2008, p. 317) e cujas obras assumem um caráter testemunhal e de denúncia da opressão e segregação dos povos indígenas ocorridas nos séculos anteriores. Assim, influenciados por uma posição contrastiva, diferentes correntes históricas e artísticas que promoveram a reapropriação da temática indígena na Literatura, na história e cultural latino-americana ao longo do século XX e reverbera até o nosso presente.

Sob este prisma, Spivak (2010, p. 121), analisa a prefiguração na literatura do século XIX e observa que, em comparação às ficções do século posterior, os escritores do século XX “se comprometem em modificar a situação, a reconfigurar os textos anteriores com intimidade crítica” a exemplo de Roberto Fernández Retamar ao escrever *Calibán*. Para Spivak (2010), José Enrique Rodó havia argumentado em 1900, que o modelo para o intelectual latino-americano, em relação à Europa, poderia ser o Ariel de Shakespeare. Na contramão, “Retamar, negando a possibilidade de uma ‘cultura latino-americana’ identificável como tal,

reformulou o modelo segundo a figura de Calibán” (Spivak, 2010, p. 121) personagem também shakespeariano e título de sua obra. *Calibán* seria para Retamar (2004) o símbolo de libertação dos povos e caribenhos latino-americanos enquanto colônias espanholas e de combate a toda forma de segregação para os povos indígenas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu e Lima, J. I. (1835). *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Nictheroy, Typographia de Rego e Comp.
- Abreu e Lima, J. I. (1855). *O socialismo*. Typographia Universal.
- Almeida, C., & Raminelli, R. (2011). *História das Américas: Novas perspectivas*. FGV.
- Bolívar, S. (1999). *Carta de Jamaica*. Ática.
- Correa, G. V. (1966). La formación de las nacionalidades hispanoamericanas como causa de la independencia. In *Cuarto Congreso Internacional de Historia de América* (pp. 373–402). Academia Nacional de Historia.
- Iturri, G. M. (2007) *El poder de la palabra: Ensayos sobre la modernidad de la crítica cultural hispanoamericana*. Tajamar.
- Mariátegui, J. C. (2008) *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (trad. F. J. Lindoso). Expressão Popular; CLACSO.
- Méndez Gastelumendi, C. (1996). Incas sí, indios no: Notes on creole nationalism in Peru and its contemporary crisis. *Journal of Latin American Studies*, 5(28), 197–225. <https://doi.org/10.1017/S0022216X00012682>
- Moreira, M. S. (2010). Imigrantes e argentinos no processo civilizatório: Uma análise do pensamento político de Alberdi e Sarmiento. *Tese: Revista Eletrônica UFSC*. 7(1/2), 73–97. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2010v7n1/2p73>
- Pérez, J. (1981). *Espace et identité nationale en Amérique latine : Essais sur la formation des consciences nationales en Amérique latine*. Centre National de la Recherche Scientifique.
- Perrone-Moisés, L. (1997). Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina. *Estudos Avançados*, 11(30), 245–259. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000200015>
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World - Systems Research*, (2), 342–386. <https://doi.org/10.5195/jwsr.2000.228>
- Retamar, R. F. (2004). *Todo Calibán*. CLACSO.
- Rodó, J. E. (1991). *Ariel* (trad. D. Bottman). Editora da UNICAMP.
- Roiz, D. da S. (2012). Do crioulisto americano ao mameluco paulista: Processos de independência e formação do estado e da nação em Alfredo Ellis Jr. *Revista de Ciências Humanas*, 46(1), 109–122. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2012v46n1p109>
- Santos, E. da S. (2015). A América Latina indivisível: A influência do positivismo no projeto intelectual de José Enrique Rodó. *Revista Sociologias*, 17(40), 380–414. <https://doi.org/10.1590/15174522-017004021>
- Santos, R. M. da R. (2018). O pensamento de Domingo Sarmiento na formação da nação argentina. *Boletim Historiar*, 5(4), 3–12.
- Sarmiento, D. F. (1874). *Facundo: Civilización y barbarie en las pampas argentinas*. Librería Hachette y Cia.
- Sommer, D. (2004) *Ficções de fundação: Os romances nacionais da América Latina*. UFMG.
- Spivak, G. C. (2010). *Crítica de la razón poscolonial: Hacia una historia del presente evanescente*. Akal.